

O “perigo” do gênero nas escolas: problematizando o neoconservadorismo nos comentários do Instagram

Segat, Juliana Lazzaretti  ¹

Vieira, Ana Gabriela da Silva  ²

Santos, Anderson Neves dos  ³

RESUMO

A discussão de temáticas de gênero e de sexualidade nas escolas vem sendo campo de disputas sociais e políticas. Setores neoconservadores brasileiros vêm traçando críticas de cunho moral e religioso em relação ao que denominam como "ideologia de gênero". Este artigo propõe estudar de que modo o neoconservadorismo se faz presente no ciberespaço, a partir de comentários feitos na rede social Instagram, em publicações marcadas pela *hashtag* "ideologia de gênero". Partindo de uma metodologia netnográfica e considerando as características próprias de pesquisas realizadas no ciberespaço, investigou-se comentários publicados e os argumentos apresentados pelos(as) usuários(as), entre os quais, pais, mães e professores(as). Os resultados da pesquisa indicam um quadro de temor em relação à escola, como se crianças e adolescentes precisassem ser protegidos dos espaços escolares, dos docentes que empregam uma doutrinação de gênero em sua prática pedagógica e de propostas governamentais ditas "de esquerda" que viriam ao encontro dessa doutrinação.

Palavras-chave: educação sexual; ideologia de gênero; escola; neoconservadorismo.

The “danger” of gender in schools: problematizing neoconservatism in Instagram comments

ABSTRACT

The discussion of gender and sexuality issues in schools has been a field of social and political disputes. Brazilian conservative sectors have been drawing

¹ Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. Email: julianalsegat@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0189486372613264>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2531-3890>.

² Universidade Federal de Pelotas. Doutora em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel. Email: ags.21@hotmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6721240137151024>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8962-5108>.

³ Universidade Federal de Pelotas. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Email: ander.2911@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4609279784866994>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0842-2852>.

moral and religious criticisms concerning what they call "gender ideology". This paper proposes to study how neoconservatism is present in cyberspace, based on comments made on the social network Instagram, in publications marked by the hashtag "gender ideology". Based on a netnographic methodology and considering the characteristics of research carried out in cyberspace, we investigated the comments on Instagram and the arguments presented by users, including fathers, mothers, and teachers. The results of the research indicate a picture of fear in relation to school, as if children and adolescents need to be protected from school spaces, from teachers who use gender indoctrination in their pedagogical practice, and from so-called "left-wing" government proposals based on this indoctrination.

Keywords: sex education; gender ideology; school; conservatism.

El “peligro” del género en las escuelas: problematizando el neoconservadurismo en los comentarios de Instagram

RESUMEN

La discusión de temáticas de género y de sexualidad en las escuelas ha sido un campo de disputas sociales y políticas. Sectores conservadores brasileños han trazado críticas de cuño moral y religioso con relación a lo que denominan "ideología de género". Este artículo propone estudiar de qué modo el neoconservadurismo se presenta en el ciberespacio, desde comentarios realizados en la red social Instagram, en publicaciones marcadas por la etiqueta "ideología de género". Partiendo de una metodología netnográfica y considerando las características propias de investigaciones realizadas en el ciberespacio, se investigaron los comentarios realizados y los argumentos presentados por los(as) usuarios(as), entre los cuales están padres, madres y profesores(as). Los resultados indican un cuadro de temor con relación a la escuela, como si niños y adolescentes necesitaran protección de los espacios escolares, de los docentes que emplean un adoctrinamiento de género en su práctica pedagógica y de propuestas gubernamentales dichas "de izquierda" que vendrían al encuentro de ese adoctrinamiento.

Palabras clave: educación sexual; ideología de género; escuela; conservadurismo.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

INTRODUÇÃO

As escolas vivenciam cotidianamente uma série de contradições e conflitos com diferentes entendimentos sobre as vidas, as políticas, as economias e as culturas; são crenças, valores culturais, entre outros, que produzem suas verdades e disputam as políticas curriculares.

Com intencionalidades que se encaixam dentro ou fora do que estabelecem as diretrizes curriculares, as escolas produzem saberes acerca de gênero e sexualidade. O ambiente escolar constitui-se como um dos lugares de construção dos conhecimentos, incluindo as (des)construções de identidades. Consequentemente, é um dos primeiros espaços em que nos deparamos com as diferenças, especialmente as de gênero e sexualidade. Assim, podem promover o desenvolvimento de práticas sociais e culturais no intento de possibilitar a consciência crítica e ações pautadas pelo respeito às diversidades e aos direitos humanos.

Para Freire (2003), a escola enquanto agente e lugar privilegiado de promoção de transformações sociais tem entre suas funções ofertar uma formação que eduque para a vida, para toda a pluralidade e diversidade que a vida oferece ao mundo. Assim, a escola pode ser “um local onde podemos buscar inventar formas de conviver, ensinar, aprender, em favor da reinvenção e a dignificação da vida” (Junqueira, 2013, p. 494).

As sociedades, as escolas e as redes sociais como espaços complexos compostos por agentes que estabelecem diversos tipos de relações são territórios que revelam a complexidade humana. Partindo dessa consideração, optamos por uma pesquisa netnográfica de abordagem qualitativa realizada na rede social Instagram. Propomos investigar como os(as) usuários(as) do Instagram se posicionam em publicações com o termo “ideologia de gênero”. De que modo o neoconservadorismo se faz presente nos discursos veiculados na rede social Instagram no que diz respeito aos temas de gênero e sexualidade nas escolas?

O objetivo geral é analisar como os(as) usuários(as) da referida rede social tecem seus comentários em publicações que estão marcadas com a *hashtag* “ideologia de gênero”, termo bastante usado por setores neoconservadores para, entre outras agendas políticas, criticar a escola e



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

afirmar que tratar de gênero e sexualidade no espaço escolar é um tipo de doutrinação ideológica.

Antes de explicitar de forma minuciosa nossos caminhos de pesquisa, cabe explicar por onde estamos entendendo “neoconservadorismo” e “neoconservadores” – expressões presentes em nossas questões e objetivo de pesquisa. Partimos da compreensão de Moll (2015) de que o neoconservadorismo diverge do conservadorismo clássico europeu muito ligado ao seu passado aristocrático. Emergindo sobretudo a partir da década de 1960, o neoconservadorismo se apoia no “mesmo princípio dos neoliberais, acreditando que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento, prejuízos à produtividade” (Moll, 2015, p. 3).

O autor argumenta que os neoconservadores fundamentam seus princípios em ditos “valores morais” e que defendem que o Estado não pode tomar determinadas decisões que, segundo esses grupos, deveriam caber à família ou até mesmo às igrejas. Hypolito e Lima (2019) argumentam que, no Brasil, os grupos neoconservadores têm determinadas características em comum, entre elas a noção de baixa interferência do Estado nos imperativos do mercado e na vida dos indivíduos, a postura anticomunista e, também, o fundamentalismo religioso. Nesse sentido, uma bandeira defendida por setores neoconservadores é a da proibição da dita “ideologia de gênero” nas escolas. Os autores apontam que grupos fundamentalistas evangélicos e também católicos “trabalharam juntos e obtiveram o banimento da temática de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE) e de planos estaduais e municipais” (Hypolito; Lima, 2019, p. 11).

A narrativa acerca da “ideologia de gênero” subverte a lógica de que estudar as temáticas de gênero e de sexualidade na escola (e ter sua orientação sexual e identidade de gênero respeitadas e visibilizadas no ambiente escolar) faz parte dos direitos humanos dos estudantes. De outra forma, esse discurso neoconservador entende que falar de gênero e sexualidade na escola seria um desvio de crianças e adolescentes do caminho moralmente correto.

À vista disso, esta investigação agrega contribuição educacional e social, uma vez que, ao trazer indicadores qualitativos de saberes para (re)pensar a discussão da diversidade sexual e de gênero nas escolas e nas



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

redes sociais, poderá qualificar as concepções sobre esses temas e, consequentemente, promover aprendizagens a todas as pessoas.

O trabalho está estruturado em seções. Além desta introdução, na seção um, discutimos gênero e sexualidade nas escolas. Na seção dois, apresentamos os procedimentos metodológicos. Na terceira seção, estão descritos os resultados da pesquisa com os comentários das(os) usuárias(os) do Instagram. Na última seção, tecemos comentários a respeito dos resultados obtidos apresentando nossos posicionamentos acerca da pesquisa.

Falar de gênero e sexualidade nas escolas?

Gênero é um conceito analítico desenvolvido na base dos Estudos Feministas, a partir das lutas sociais nos cenários políticos com finalidades problematizadoras acerca do que significa ser homem e/ou ser mulher com vistas ao rompimento binário.

Como afirma Louro (2003, p. 21), “para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”. Nas sociedades ocidentais, somos apontados(as) para que todos sejamos heterossexuais. Com isso, não queremos dizer que a heterossexualidade ou a cisgeneridade seriam falsas ou ilegítimas. Porém, não se pode desconsiderar que são imperativas enquanto normas sociais, estabelecendo um modo de ser hegemônico.

As sexualidades contradizem o determinismo biológico, fixo, irracional e sem nenhuma interferência histórica, social e cultural. Elas se constituem mediadas pelas relações de poder e de saber que estão diretamente implicadas conforme os pressupostos foucaultianos.

Assim como o gênero, as sexualidades também são construídas a partir das relações sociais, culturais e históricas, ambos são conceitos correlatos, mas diferentes. Os estudos de gênero e sexualidade contradizem, de modo qualificado, aquilo que alguns setores religiosos e neoconservadores estão denominando de “ideologia de gênero”. “Gênero, para o feminismo, não é ideologia, mas uma categoria de análise útil para identificar e denunciar as relações e assimetrias entre os gêneros, entre homens e mulheres [...]”



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

(Colling, 2018, p. 24). Todavia, as perspectivas epistemológicas e políticas sobre gênero variam conforme cada perspectiva teórica.

O que passou a ser chamado de “ideologia de gênero” está configurado como um dos tensionamentos mais recentes entre setores neoconservadores e pessoas progressistas, especialmente as feministas e as pessoas LGBTQ+. De acordo com Junqueira (2017), a categoria “ideologia de gênero” foi criada pelos católicos e remonta aos papados de João Paulo II (Karol Wojtyła) e Bento 16 (Joseph Ratzinger). A “ideologia de gênero”, com suas variações, é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000 (Junqueira, 2017, p. 26).

No Brasil, a primeira grande erupção do termo “ideologia de gênero” se deu entre 2013 e 2014, quando a linguagem relativa a gênero e sexualidade foi repudiada pelas lideranças e fiéis evangélicos envolvidos nos debates do Congresso Nacional sobre o Plano Nacional da Educação (Lionço, 2014; Rodrigues, 2015). A supressão dos termos “gênero”, “orientação sexual” e “identidade de gênero” do Plano Nacional de Educação em 2014 e de todos os documentos educacionais tem se tornado uma agenda do neoconservadorismo político brasileiro.

A “ideologia de gênero” é nada mais que um dispositivo retórico para mobilizar uma estratégia reacionária (Junqueira, 2017; 2018) e, também, fundamentalista religioso, já que se apoia em fundamentos doutrinários de fé religiosa para gerar um “pânico moral” (Rubin, 2003) na sociedade. Como propõe Junqueira (2018), a “teoria/ideologia de gênero” carece de legitimidade acadêmica, consistindo no reducionismo de um campo complexo de estudos a uma suposta conspiração global contra a família e a natureza humana.

Desde então, essa suposta imposição da “ideologia de gênero” que ocorreria nas escolas e em outros contextos sociais passou a integrar as narrativas não apenas de setores neoconservadores das igrejas, mas também de parlamentares daqueles(as) que recorrentemente tentam desqualificar estratégias de educação sobre gênero e sexualidade.

No Brasil, assim como em outros países, a escola se converteu num campo de batalha em torno da “ideologia de gênero”. No contexto nacional, o ataque ao gênero nas escolas tem forte relação com as pautas propostas pelo Movimento Escola Sem Partido. O Projeto de Lei n.º 867/2015, denominado



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

"Escola Sem Partido", foi apresentado pelo deputado federal Izalci Lucas (PSDB/DF) à Câmara Federal em 23 de março de 2015. Assim que propôs o referido Projeto de Lei, o mesmo deputado apresentaria uma nova proposição, o PL 1859/2015, em cujo texto, por primeira vez, aparece o termo "ideologia de gênero", o qual seria apensado ao PL 867/2015 (Lionço *et al*, 2018).

Em 2016 um novo projeto de lei foi apresentado com o objetivo de vedar o uso, por parte do Ministério da Educação, de livros que versem sobre diversidade sexual para a educação de crianças e adolescentes. Nesta proposição, o termo "ideologia de gênero" foi acionado na justificativa, na qual se afirma que devem ser retirados os termos gênero, orientação sexual e "todas as citações relativas à ideologia de gênero" do Plano Nacional de Educação. [...] Em 2017, o deputado federal Pastor Eurico (Patri-PE) apresentou o PL 8933/2017 propondo que, na forma da lei, deveria ser requerida autorização dos pais ou responsáveis a participação de estudantes em disciplinas de educação sexual. [...] Em 2018, três proposições de mesmo teor foram apresentadas (Lionço *et al*, 2018, p. 610).

Essas são proposições para a censura da discussão relacionada a gênero e sexualidade nas escolas. Esses projetos legislativos atacam as políticas de gênero e o combate à discriminação nas escolas e nos demais espaços sociais.

Nesse contexto, a escola em seus cotidianos, currículos e práticas convive com as complexidades humanas que demandam políticas de enfrentamento às opressões de gênero, raça, entre outras. Nesse sentido, a escola é “um espaço onde o naturalizado e tido como incontornável pode ser confrontado por pedagogias dispostas a promover diálogos, releituras, reelaborações e modos de ser, ver, classificar e agir mais abertos e criativos” (Junqueira, 2013, p. 494).

As políticas curriculares, as normas, as didáticas, teorias, linguagens, materiais, avaliações são, seguramente, locais das diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe, são formados por essas distinções e, simultaneamente, seus produtores. Assim, todas essas questões necessitam ser questionadas; torna-se fundamental discutir o que ensinamos, como ensinamos e os sentidos dados à aprendizagem. É preciso atentar, sobretudo, em nossa linguagem, observando o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

ela carrega e institui (Louro, 2003). Sobre isso, Caetano (2011, p. 213) alerta para “[...] criar outros saberes, de pensar o pensado e refazer no pensar o conhecimento”.

Como ação, o Estado brasileiro, em 1996, após a promulgação da Lei 9394/96, por meio do Ministério da Educação (MEC), lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Os PCN apresentaram os Temas Transversais na organização do trabalho pedagógico escolar. Com a transversalidade, não se criaram novas áreas curriculares ou disciplinas, mas os seguintes temas devem ser incorporados naquelas existentes e no trabalho educativo da escola: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Consumo e Orientação Sexual. Embora esse documento tenha se mostrado um avanço ao pautar o tema, a sugestão de trabalho com orientação sexual limitou-se ao campo biológico, deixando de fora as discussões sobre as concepções de gênero e sexualidade como construção social, histórica e cultural, e nem sequer se fez referência às identidades sexuais não heterossexuais e à diversidade de gênero (Bastos, Cruz, Dantas, 2018).

Em 2004, houve um avanço nas políticas públicas de educação. O MEC e as secretarias de governo criaram grupos de trabalho para acompanhar a implementação do Programa Brasil sem Homofobia. Em 2006, o MEC e a Secretaria Especial de Direitos Humanos assinaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos para fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, orientação sexual, pessoas com deficiência, bem como todas as formas de discriminações e violações de direitos, assegurando a formação continuada para os profissionais da educação (Bastos, Cruz, Dantas, 2018).

O Brasil sem Homofobia (BSH) foi um Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra as pessoas LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. Uma parte dele enfatizaria a formação de educadores(as) para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade, daí, criou-se o Projeto Escola Sem Homofobia. Segundo a ECOS, empresa responsável pela organização do material, a principal meta do projeto era contribuir para o reconhecimento da diversidade dos valores morais, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira, heterogênea e comprometida com os direitos humanos e a formação de uma cidadania que incluía, de fato, os direitos das pessoas LGBT+. Na mídia, foram divulgadas mensagens desrespeitosas à comunidade LGBT+, com campanhas negativas sobre o



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

material, tendo como porta-voz o então deputado federal Jair Bolsonaro, na época no partido PP-RJ, que, de forma pejorativa, “apelidou” o material didático como “kit gay” (Bastos, Cruz, Dantas, 2018).

No campo da política curricular, surgiu a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), homologada em dezembro de 2017, no governo de Michel Temer, alvo de intensos debates. Sua ideia inicial, proposta no Plano Nacional de Educação (PNE), era servir como um documento norteador para estabelecer os objetivos de aprendizagem de todas(os) as(os) estudantes da Educação Básica no território brasileiro. Uma das questões do documento que gerou bastante conflito foi a respeito da diversidade. Com a justificativa de que a temática de gênero provocava muita controvérsia – tanto na tramitação do PNE quanto da BNCC –, o Ministério da Educação (MEC) suprimiu da terceira versão os termos “gênero” e “orientação sexual”. O Conselho Nacional de Educação (CNE), por sua vez, acatou a sugestão do MEC e prometeu publicar, posteriormente, um documento com orientações sobre o tema. Trata-se de um retrocesso para a educação brasileira, pois a palavra sexualidade, nesse documento, só aparece no 8º ano, no componente curricular Ciências – Unidades Temáticas – Vida e evolução – Objetos de conhecimento – Mecanismos reprodutivos e sexualidade, também de forma superficial e atrelada aos aspectos biológicos (Bastos, Cruz, Dantas, 2018).

As políticas curriculares podem abordar as diferenças para a construção de uma sociedade/escola menos preconceituosa, violenta e excludente. A educação sexual nas escolas é uma possibilidade de combater as violências contra as mulheres, que vai do aumento dos feminicídios e estupro até as outras formas de violência (psicológica, política de gênero, entre outras), assim como é uma maneira de (re)conhecer a diversidade sexual. Portanto, à escola cabe exercer as suas funções sociais e promover educação para todas as pessoas com currículos que dialoguem com todas as formas de ser e viver os diferentes gêneros e sexualidades.

Esse pressuposto é negado pela já citada narrativa neoconservadora que entende que abarcar temas de gênero e sexualidade na escola é o mesmo que educar crianças e adolescentes para um comportamento imoral, patológico e anticristão. Esses argumentos evidenciam-se no decorrer de nossa pesquisa. Antes de adentrar nesse tópico, porém, cabe fazer algumas considerações acerca de como se deram os processos metodológicos de nossa investigação.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

Netnografia: caminhos metodológicos

O presente trabalho propõe-se uma investigação netnográfica, a partir da compreensão de netnografia como etnografia realizada no ciberespaço (Sales, 2014). Se considerarmos que a etnografia tradicional demanda que os pesquisadores e pesquisadoras vão a campo e façam observações, na netnografia essas observações ocorrem a partir do contato com o ciberespaço, considerando os elementos que são próprios desse espaço. Cada site, aplicativo ou rede social terá suas particularidades, assim como cada pesquisa terá determinados objetivos estabelecidos, o que mudará a forma como o(a) pesquisador(a) irá realizar suas observações e imersão no ciberespaço – que tem várias particularidades enquanto campo de pesquisa.

Para Santaella (2021), chamou-se de “ciberespaço” os espaços de troca e divulgação de informações a partir da internet. Conforme a autora, “o traço mais característico do ciberespaço e, especialmente, da cultura que nele viceja reside na velocidade de suas transformações tanto técnicas quanto dos seres humanos correspondentes” (Santaella, 2021, p. 30). Nesse sentido, cabe considerarmos que a pesquisa que realizamos captura um dos efêmeros e continuamente mutáveis momentos do ciberespaço. Se feita instantes antes ou instantes depois, talvez as publicações encontradas na rede social que investigamos (o Instagram) já fossem outras, assim como os comentários nessas publicações (alguns já poderiam ter sido excluídos enquanto outros poderiam ter sido incluídos no curto tempo de breves segundos).

A mesma autora afirma, ainda, que, “hoje, os oceanos de dados, que vamos deixando a cada vez que entramos nas redes sociais, são imediatamente capturados, rastreados e manipulados por poderosos algoritmos” (Santaella, 2021, p. 93). Ou seja, na medida em que determinados perfis recebem seguidores, curtidas e comentários, as publicações vão ganhando mais visibilidade e sendo distribuídas para usuários(as) que integram determinada rede social. No caso do Instagram, ao fazer a busca por determinada *tag*, conta, *reel* ou áudio, a plataforma indica ao(à) usuário(a) as principais publicações de acordo com o que é definido por seus algoritmos. Fazer uma pesquisa no ciberespaço é considerar, portanto, que a própria plataforma digital filtra o que é considerado ou não conteúdo relevante para indicar ao(à) usuário(a).



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

Cabe ressaltar, também, que não existe uma vida exclusiva do ciberespaço, separada da dita “vida real”. As pessoas vivem dentro e fora desse espaço continuamente. A partir disso, é possível problematizar que, nos comentários que circulam em publicações nas redes sociais, as pessoas vão constituindo e sendo constituídas de uma narrativa sobre o que ocorre nas escolas e sobre o que significa tratar de gênero no espaço escolar que não carece de nenhuma vinculação com a realidade da escola para ganhar força enquanto narrativa. É a partir dessa consideração que, a seguir, trazemos os resultados encontrados em nossa investigação.

Comentários de usuários(as): resultados da investigação

Com a intenção de estudar percepções compartilhadas nas redes sociais, vinculadas ao neoconservadorismo e que digam respeito à presença de temas ligados ao gênero e à sexualidade nas escolas, decidimos utilizar o termo “ideologia de gênero” como palavra-chave para nossa investigação.

A busca a partir da seleção “tags”, levou a 61,8 mil publicações nas quais o(a) usuário(a) inseriu a referida *hashtag*. Realizamos, a partir disso, uma triagem manual daquelas publicações que mencionavam a “escola”, utilizando o filtro de “principais publicações” com a *hashtag*. Foram selecionados os primeiros 6 posts que se encaixavam nesses critérios. Conforme já mencionado, nosso objetivo não era a análise das publicações em si, e sim dos comentários dos(as) usuários(as) da rede social. Porém, cabe mencionar brevemente o conteúdo das publicações selecionadas.

O post 1 pertence ao perfil-A e inclui o desenho de um homem, vestido com roupas militares com uma tarja com as cores da bandeira LGBTQ+, que afirma a um outro homem: “mas se você não mandar seus filhos para a escola pública, eles não saberão se são trans”. Na legenda da publicação, a página questiona: “Você acha que a escola exerce alguma influência nas crianças em relação às suas sexualidades, seja por meio da grade curricular ou das ideologias dos professores?”.

Segue-se uma série de comentários condenatórios em relação à escola. Em um deles, a usuária afirma: “Não posso expor minha identidade aqui por possíveis retaliações, trabalho na área e oriento que pais sempre verifiquem o projeto pedagógico, muitos pensam que está contido apenas as disciplinas,



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

mas vai além, existe toda uma estrutura ideológica camuflada em seus tópicos”. Em outro, o usuário defende: “na minha opinião, as escolas hoje são cheias de professores socialistas. Pessoas doutrinadas por ideologias políticas de esquerda. Isso acaba manipulando os alunos que são burros – digo isso por que estudo em escola pública”. Outro defende, ainda, que crê que as “escolas se tornaram fábricas de idiotas úteis onde os jovens não aprendem nada, ou praticamente nada, sobre matemática, português, física, química e geografia, mas se torna PhD em marxismo, linguagem neutra, luta de classes, Black Lives Matter, MST e benefícios da maconha”.

Uma das usuárias defende que o quadro não estaria restrito à escola pública, afirmando que sua filha estudava em uma escola particular e que ela enfrentou o mesmo “problema”. A mãe narra: “um dia ela [a filha] me chamou de homofóbica porque expliquei que ela não tinha idade para falar sobre esses assuntos, e aí expliquei bastante o motivo e ela entendeu (uma das várias perguntas que ela fazia me mostrava que os professores estão em cima nesses assuntos). Esse ano coloquei na escola militar”. Outra mãe traz um argumento semelhante ao mencionar:

[...] na escola da minha filha, particular, pagamos pelas apostilas e pra surpresa dos pais, na parte de ciências, onde falava das mudanças na adolescência, a apostila afirmava que nesse período, o adolescente poderia se sentir atraído por outro, até mesmo do mesmo sexo. Juntamos alguns pais e partimos para escola, a diretora chamou a professora e falaram que adotaram a apostila sem perceber isso!

O *post 2* é um *reel* da *influencer* perfil-B, no qual a autora argumenta contra a discussão de identidade de gênero nas escolas e afirma, na legenda, que “a escola não deve alimentar a ilusão de que uma menina pode ser um menino, e vice-versa. Isso é ativismo dentro das escolas! Pode dar o nome que quiser, mas não passa de uma doutrinação”. A *influencer* produz outros conteúdos com o mesmo teor.

Nos comentários, uma professora afirma:

Nas minhas aulas de ciências e biologia vou ensinar somente o que é cientificamente comprovado! De fato precisamos de educação sexual nas escolas, não para ensinar ser gay, lésbica, transexual, etc., mas para evitar ataques de pedófilos e



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

também evitar gravidezes! A transexualidade na espécie humana é artificial e não natural, pois não somos peixes-palhações! Crianças e adolescentes devem focar nos estudos e não aprender que pode ser mulher ou homem e etc.

Em um outro comentário, no mesmo *post*, outro usuário afirma:

Infelizmente tudo isso está acontecendo nas escolas com a leniência mórbida da sociedade alienada. Na minha época, palmatória era objeto de correção com apoio irrestrito dos pais. Hoje é crime com punição severa e desligamento da escola. E nem precisa de palmatória... Basta ser conservador.

Duas professoras, em seus comentários, afirmam: “como professora digo que perdemos a mão quando nos adequamos a essa loucura que estamos presenciando. Não é nossa função militar e tampouco sugerir essas pautas!” e “sou professora e fico pasma ao ver que grande parte dos meus colegas apoiam essa insanidade e difundem entre os alunos”.

O *post* 3 foi criado pela página perfil-C. Na imagem, há uma montagem em que uma criança pergunta à mãe se pode escolher seu jantar ou a hora de dormir, ao que a mãe responde que não. Porém, quando a criança questiona se pode escolher seu gênero, a mãe responde “claro!”. Na legenda, se afirma: “devemos nos opor à doutrinação das crianças. Digamos não à ideologia de gênero nas escolas, desenhos e filmes infantis”. Dado o fato de a página ser religiosa, os comentários vão nesse sentido. Um usuário afirma “tudo começa com a insanidade dos pais respingando nos inocentes. Deus sara a tua terra”. Outro diz: “coisa satânica para acabar com as famílias”. E, ainda, um terceiro exclama: “Deus abençoe nossas crianças e os proteja em lares seguros”.

O *post* 4 é da página perfil-D e traz uma notícia de “um homem que se identifica como mulher” e que teria sido preso ao entrar no banheiro feminino de uma escola no Peru. Nos comentários, uma usuária afirma: “Daqui a pouquinho vai ser por aqui. Com esse desgoverno, como ter sossego e confiança nas escolas que antes eram a segunda casa das crianças”. Outra coloca que “infelizmente, com as medidas que querem adotar, situações como essa cada vez serão mais comuns”. Uma terceira usuária defende: “sempre



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

falei que isso iria acontecer. Essa ideologia de gênero facilitando para os predadores sexuais”.

O post 5 é da página perfil-C e traz uma notícia sobre uma escola nos Estados Unidos, no estado da Virgínia, na qual, antes da efetivação da matrícula, os pais deveriam notificar a instituição se permitem ou não que os filhos tenham acesso a conteúdo sexualmente explícito na biblioteca da escola. O próprio autor do post fez um comentário em prol do *homeschooling*. Para ele:

O *homeschooling* é feito por diversas famílias no Brasil. Procurem grupos *homeschooling* on-line ou da sua região que eles irão instruir como fazer isso no Brasil. Outra opção para os pais é o *after-school* (espécie de *homeschooling* pós colégio) que seria revisar o que foi aprendido na aula e inserir mais coisas como valores cristãos ou ensino livre de doutrinação.

Em apoio, uma seguidora afirma: “Eu faria *homeschooling* aqui mesmo no Brasil, se eu tivesse filhos. Mas uma boa formação familiar, ensinando o que é a podridão, essa é nossa arma. Deus em primeiro lugar”. Há outras menções ao *homeschooling*. Um usuário pergunta: “alguém pode me informar se tem *homeschooling* no Brasil?” e uma mãe afirma: “o dia que eu casar, não precisar trabalhar fora, é meu sonho tirar meu filho da escola”.

Outra usuária, em referência a não adesão do governador de São Paulo ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), questiona: “Por que você acha que o Tarcísio recursou o material didático do governo federal?”, em uma insinuação de que seria para proteger estudantes de um suposto conteúdo sexual nos livros didáticos.

No post 6, a mesma página do post compartilha uma notícia de que o “currículo de escolas infantis de São Paulo prevê educação de gênero” e que esse material teria sido aprovado pelo prefeito. Diante disso, uma seguidora comenta: “Devemos nos unir e fazer escolas. As igrejas devem parar de gastar com templos feitos com tijolos de Israel e devem fazer escolas Cristãs”. Outro afirma que “a manutenção da ignorância é o alimento do socialismo, quanto mais analfabetismo, mas eleitores da esquerda, para isso a guerra de gêneros deixando jovens confusos, perdidos e suscetíveis à aconchegante teoria socialista”.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

Na mesma publicação, usuários reclamam: “As escolas acabaram. É melhor deixar seu filho em casa”, “muito em breve *homeschooling* vai se tornar a única solução”, “sério que vão permitir essa crueldade acontecer em São Paulo?” e “querem transformar a humanidade em seres com vários tipos de problemas psicológicos, transtornos, etc. E acima de tudo torná-las burras, o que facilita o controle pelo Estado”.

Uma mãe desabafou: “Meu filho tem 4 anos e está no prézinho da prefeitura de São Paulo. Essa semana ele chegou em casa, e na mochila estava o desenho para ele colorir com o símbolo do movimento do orgulho LGBT. Qual é a necessidade de enfiar essa ideologia goela abaixo nas crianças?”. Outra afirma: “se continuar assim, vou educar meus filhos em casa, a sociedade não precisa validar eles, eles que precisam validar a sociedade”. Um pai afirma já ter tirado sua filha da escola e que “o sistema de ensino brasileiro já fracassou há muito tempo. Só não vê quem não quer, mas existe uma alternativa viável para famílias brasileiras, para todo pai e mãe preocupados com a formação e segurança dos seus filhos. Por isso encorajo a todos a considerarem o *homeschooling*”.

Discussão dos resultados

A análise dos comentários permite que discussões e problematizações percorram diferentes aspectos da vida curricular e escolar, pontos que estão em constante disputa. O público estudado acompanha perfis neoconservadores no Instagram, que marcam suas publicações com a *hashtag* “ideologiadegenero”. Assim, esses perfis defendem a existência dessa suposta ideologia, tecendo julgamentos contra a educação sexual e de gênero nas escolas.

Os comentários nos *posts* mostram que os usuários seguem essa linha, reforçando e ampliando as distorções iniciais. Os posicionamentos ajudam a construir a noção da escola como “perigosa” devido à educação sexual e de gênero, a partir de diferentes abordagens (defesa da existência de “ideologia de gênero” e consequente ameaça às crianças e à família; projeto pedagógico, currículo e práticas curriculares contaminados; argumentos religiosos; associação entre ideologia de gênero e marxismo/socialismo), levando a um movimento contra a escola e pró-*homeschooling*.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

Miskolci (2018) refere que “o discurso tem o poder de delimitar práticas sociais como reconhecimento das diferenças ou sua recusa”. No caso da educação sexual, esse discurso, nos setores neoconservadores, é construído como recusa da diferença por meio de proibição, interdição do debate, luta pelo apagamento de termos como “gênero”, “identidade de gênero” e “orientação sexual” de normas e projetos curriculares, rejeição de linguagem inclusiva e, de modo mais amplo, da invisibilização de sujeitos que encarnam tais diferenças (Miskolci, 2018). Tanto é que esses discursos vão se inflamando, historicamente, na medida em que avançam pautas relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos e aos direitos da população LGBTQ+ (Miskolci, 2018). As redes sociais são instrumentos poderosos para disseminá-los e os comentários em análise confirmam isso.

Um primeiro aspecto a ser observado diz respeito ao “fantasma” da ideologia de gênero que ronda o imaginário não só de pais, mas também de professores(as). Nos comentários que fazem menção expressa a questões de gênero e sexualidade, o que observamos, em última análise, é uma posição contrária ao ensino sobre a diversidade de possibilidades de existência, identidades e sexualidades. Tanto a professora que rejeita o ensino sobre sexualidades e identidade de gênero como a mãe indignada pelo material didático com referências a afetos e atrações entre pessoas nos contam sobre alguns medos de fundo: o medo da diferença e do que é diferente, assim como o medo de encarar e sustentar desejos próprios e respeitar desejos alheios. Isso reforça violências, exclusão, isolamento, silenciamentos – inclusive de seus(suas) filhos(as).

Tanto os *posts* como os comentários veiculam um pânico moral. Este, por sua vez, é responsável por transformar políticas e diálogos complexos numa guerra cultural – com a polarização tão falada e característica do nosso tempo presente –, “que só pode terminar com a eliminação do adversário compreendido como inimigo, no caso, uma espécie de doutrina enganosa a ameaçar a família brasileira” (Miskolci, 2018, p. 7).

Os comentários, aliás, trazem esse perigo à espreita. Como exemplos, citamos os do *post* 4. Um episódio isolado, em outro país, serve de sustentação para a ideia de que a educação sexual e de gênero representaria uma ameaça às crianças, que as colocaria em risco no ambiente escolar. A culpa pela insegurança institucional, pela pedofilia e por violações sexuais na infância é associada, assim, à existência de uma educação sexual e de gênero



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

na escola e não à falta dela. Observamos aqui uma estratégia bastante corriqueira entre setores neoconservadores: a distorção de fatos e notícias para que haja um viés de confirmação daquilo que pensam.

A narrativa da escola como “perigosa” também está presente, explícita ou implicitamente, nas opiniões ligadas a projeto pedagógico, práticas curriculares e pedagógicas, como nos comentários dos *post 1*, *post 2*, *post 5* e *post 6*. Em comentário ao *post 1*, uma profissional diz orientar pais sobre o cuidado que precisam ter com o projeto pedagógico, deixando subentendida a noção de conteúdos ocultos. No *post 2*, duas professoras comentam sobre a prática de colegas, argumentando que não é seu papel “militar” ou propor pautas ligadas a gênero e sexualidades, o que traz a ideia de neutralidade e despolitização da escola e dos currículos. No *post 5*, um usuário levanta a hipótese de que supostos conteúdos sexuais nos livros didáticos seriam o motivo (implícito) de o governador de São Paulo não ter aderido ao PNLD. Já no *post 6*, temos, por exemplo, a reclamação de uma mãe relacionada a uma atividade escolar lúdica (pintar a bandeira do orgulho LGBTQ+). Mais uma vez, a ideia de práticas camufladas e/ou contaminadas e/ou com intuítos perversos. Os comentários alimentam, dessa forma, o discurso do “fantasma”, que ronda, que vai se infiltrando e se escamoteia de diferentes formas, de modo a dominar, perverter, corromper a inocência infantil, sexualizar e destruir ideais da “família tradicional”.

Conectadas a essas questões estão as percepções de pais e, especialmente, de professores(as) sobre o que é educação sexual e de gênero. Identificamos que esta aparece como promoção à e incentivo da homossexualidade e transexualidade, ou impedimento “da consolidação da identidade masculina ou feminina” (Miguel, 2016, p. 599). Isso evidencia, uma vez mais, o medo da diferença, a tentativa de neutralizá-la e a distorção como estratégia. Por outro lado, quando não está distorcida, a percepção é reducionista. Uma profissional cita que a educação sexual é necessária não para aqueles fins, mas sim para prevenir gravidez e evitar pedofilia. Ou seja, deixa de fora toda a luta por direitos humanos, por igualdade, por (re)conhecimento, pela possibilidade de existir livre, sem violências baseadas nos gêneros e nas sexualidades.

Isso tudo nos leva a outro ponto fundamental. Para além dos argumentos religiosos, comuns e esperados no campo discursivo da “ideologia de gênero” – vejamos, por exemplo, comentários clamando por Deus ou a



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

proposta para que igrejas construam suas próprias escolas –, deparamo-nos com a associação direta entre “ideologia de gênero”, “comunismo”, “marxismo”, “socialismo” e “esquerda”, além da utilização frequente do termo “doutrinação”.

Aqui, revela-se de forma cristalina a perpetuação dos discursos inflamados, no Brasil, pelo Movimento Escola sem Partido (MESP). Antes de se opor à suposta “ideologia de gênero”, o foco do MESP residia na tentativa de evitar uma “doutrinação marxista” nas escolas e suas bandeiras estavam ligadas ao ultraliberalismo (Miguel, 2016). A união das denúncias de “doutrinação marxista” e da “ideologia de gênero” nas escolas, segundo Miguel (2016), ocorreu, sobretudo, por oportunismo, na busca por uma maior ressonância popular das suas intenções. Isso foi facilitado por propagandistas de extrema direita, “para quem a dissolução da moral sexual convencional é um passo da estratégia comunista” (Miguel, 2016, p. 601).

Cria-se um inimigo comum – o Estado como garantidor de direitos à igualdade, à diferença e a uma vida sem violências –, encorpa-se a guerra cultural, sendo a escola o principal campo de batalha. Não à toa, assistimos ascender ao poder um “representante” que conseguia mobilizar aqueles dois discursos com o lema “liberal na economia, conservador nos costumes”. A oportunidade por trás dessa união é manter o *status quo*, manter relações de poder que são desestabilizadas justamente por categorias como gênero e sexualidades. Tais categorias são instrumentos potentes para questionarmos a organização social e as normas que contribuem para a constituição de subjetividades e desigualdades.

Em suma, os comentários analisados confirmam que o campo discursivo delimitado pela “ideologia de gênero” une duas ameaças ou fantasmas: o retorno do comunismo e a mudança nas relações entre homens e mulheres, defendida por feministas e reforçada pela ampliação de direitos LGBT+ (Miskolci, 2018). Desse modo, “discussões macropolíticas são substituídas por uma retórica que traz à opinião pública o diagnóstico de que a origem de problemas sociais resulta de mudanças comportamentais que precisariam ser combatidas” (Miskolci, 2018, p. 7).

Não surpreende, assim, que entre as formas de combate estejam não só a tentativa de neutralização da escola, mas também o próprio movimento de se afastar desse espaço. Nessa linha, usuários(as) se manifestaram desejantes e favoráveis ao *homeschooling*. Esse é um discurso que merece atenção, porque



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

parece continuar forte nesse segmento, alimentado pelo medo dos “fantasmas ideológicos”. Tal força preocupa, uma vez que, além dos comentários incentivadores, há relato de usuário que efetivamente retirou sua filha da escola. Questiona-se, assim: quantos mais já procederam dessa forma?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, enquanto espaço de constituição de subjetividades e socialização, é campo privilegiado para a mediação de diálogos e debates sobre identidades, valorização das, respeito às e convívio com as diferenças. No entanto, a onda neoconservadora que vem se encorpando à medida que avançam os debates sobre direitos sexuais e reprodutivos e da população LGBTQ+ nos lembra de que direitos não são um dado, mas conquistados, e que a luta pela sua manutenção precisa ser constante.

Atualmente, tanto quanto a escola, o que é veiculado nas redes ajuda a reforçar discursos e narrativas, a construir “verdades”, a (re)constituir subjetividades que circulam nesses espaços. Essas segregações cibernéticas – “bolhas” – nas quais nos encerramos nas redes, alimentadas e intencionadas por algoritmos, criam e reforçam segregação social, discriminação e intolerância às diferenças. Além disso, enfraquecem o debate democrático ao reforçar uma polarização que faz com que alteridades sejam silenciadas, desconsideradas, desvalorizadas e desumanizadas.

Embora os anos de neoconservadorismo no governo federal tenham passado, o que identificamos nos comentários em *posts* relacionados à “ideologia de gênero” é que esse discurso permanece vivo e em constante atualização. Há muitos pontos entrelaçados que mobilizam medos, disseminam pânico e colocam em risco o direito à educação e o enfrentamento a discriminações e violências de gênero. Os posicionamentos de pais e professoras(es) nos mostram que, nesse campo discursivo, não se deseja que a escola seja um espaço de mediação com a cultura, de incentivo à reflexão crítica e à autonomia; almeja-se encerrar sujeitos dentro de ideologias destinadas à manutenção de uma determinada e restritiva ordem social – e, quando isso é ameaçado, o incentivo é ao afastamento das crianças do espaço escolar.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

Todos esses aspectos nos levam a questionamentos sobre percepções e formação de professoras(es) e sua autonomia em sala de aula, sobre a existência de documentos institucionais/legais que orientam/respaldam a atuação docente em vez de gerar inseguranças, bem como sobre os discursos pró-*homeschooling* e sua aderência na vida real.

REFERÊNCIAS

Bastos, Denise; Cruz, Izaura; Dantas, Marilu. **Gênero e sexualidade na escola**. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância. Salvador: UFBA, 2018.

Caetano, Marcio. **Gênero e sexualidade**: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói RJ. 2011.

Colling, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Hypolito, Alvaro Moreira; LIMA, Iana Gomes de. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. (45), p. 1-15, 2019

Junqueira, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, v. (7), n. 13: p. 481-498, 2013.

Junqueira, Rogério Diniz. ‘Ideologia de gênero’: a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ‘ameaça à família natural’?. In: Ribeiro, Paula Regina Costa; Magalhães, Joanalira Corpes. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017.

Junqueira, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, 18(43): p. 449-502, 2018.

Lionço, Tatiana. “Ideologia de gênero”: a emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual. **Revista Fórum on-line**, 2014.



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>

Lionço, Tatiana et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43: p. 599-621, 2018.

Louro, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6a ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

Miguel, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v.7, n. 15: p.590-621, 2016.

Miskolci, Ricardo. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 53: p. 185-302, 2018.

Moll, Roberto. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? [S. l.]: Unesp, 2015. Disponível em: <http://unesp.br/semdiplomacia/opiniaio/2015/43>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Rodrigues, Julian. **"Ideologia de gênero"**: a nova cruzada dos fundamentalistas cristãos. Sítio do Centro Latino-Americano em Sexualidades e Direitos Humanos, 2015.

Rubin, Gayle. Pensando sobre Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. **Cadernos Pagu**, n. 21, 2003.

Santaella, Lucia. **Humanos hiper-híbridos**: linguagens e cultura na segunda era da internet. São Paulo: Paulus, 2021.

Sales, Shirlei Rezende. Etnografia+netnografia+análise do discurso: articulações metodológicas para pesquisar em Educação. In: Meyer, Dagmar Estermann; Paraíso, Marlucy Alves (orgs.). **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 113-133, 2014.

Submissão em 16 de fevereiro de 2024.
Aceite em 07 de maio de 2024.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0

Internacional. Texto da Licença:

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.10 N.19 e261646 [2024]
**Dossiê Os desagendamentos da educação e a
resistência à projetos neoliberais e
neoconservadores: corpos, gêneros e
sexualidades em espaços escolares e não
escolares**

<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2024.261646>